

# CONHECER PARA AFIRMAR DIREITOS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE TERRITÓRIOS QUE LUTAM PELA TERRA\*

*Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa*

*Hayda Alves*

*Jéssica Oliveira Monteiro*

*Katia I. Marro*

*Ramiro Dulcich*

## Introdução

O capítulo busca refletir e socializar um instrumento metodológico para o conhecimento das condições sociais e econômicas de indivíduos e populações de territórios que lutam pela terra, a fim de traçar o perfil das comunidades e das suas necessidades tanto para reivindicar acesso às políticas públicas e garantias de direitos, quanto para pensar outras ações auto-organizativas importantes na construção de acampamentos e assentamentos.

A proposta emerge da experiência de um Programa de Extensão desenvolvido por professores e estudantes dos cursos de graduação em Serviço Social e Enfermagem, da Universidade Federal Fluminense/Campus de Rio das Ostras. Esta experiência vem se desenvolvendo na região desde 2010 em diálogo com movimentos sociais que lutam pela terra, contribuindo com o fortalecimento destes territórios de reforma agrária na perspectiva dos direitos humanos e de cidadania, assim como também, articulando estes processos extensionistas à formação profissional de discentes dos cursos envolvidos. Dentre as frentes de atuação construídas junto às comunidades organizadas nos territórios, destacamos: atividades de formação humana, política e cultural; de educação popular em saúde; estudos socioeconômicos e epidemiológicos; articulação com a rede de serviços socioassistenciais locais e regionais; registros da memória histórica das comunidades rurais; trabalhos de reflexão e produção com mulheres, com jovens, dentre outras.

Ao propormos realizar um trabalho de acompanhamento e assessoria do processo de construção de assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, os momentos iniciais de levantamento e identificação das demandas sociais, econômicas e de saúde da comunidade são fundamentais. Trata-se de reconhecer necessidades coletivas que merecem especial atenção para a melhoria das condições de vida e o acesso aos direitos, mas também, pela potência em construir a partir deste encontro um processo que preserve e potencialize o protagonismo dos sujeitos envolvidos, na contramão de processos de apaziguamento que descaracterizam e fragmentam as lutas sociais.

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-92-5-0-F.47-64

Vem! Entre na experiência de estudar as condições socioeconômicas de territórios que lutam pela terra. Deixe-se tomar pelos seus dilemas, se encante com as suas riquezas, se inspire nas suas resistências!

### ***De que território estamos falando?***

Nossa aproximação com a comunidade do *Assentamento Osvaldo de Oliveira* se dá a partir de 2010, quando um grupo de 200 famílias organizadas pelo Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais Sem Terra (MST) ocupou a então fazenda “Bom Jardim”, em Córrego do Ouro, no município de Macaé-RJ. As famílias, marcadas pelo desemprego e o processo de pauperização resultante, provinham dos municípios vizinhos de Rio das Ostras, Macaé, Cabo Frio e Casimiro de Abreu, todos localizados na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro. Nascia assim, no dia 7 de setembro, o Acampamento Osvaldo de Oliveira que se tornaria assentamento em 2014, sob a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Ocupações de latifúndios improdutivos organizados por movimentos sociais do campo não são novidades no Brasil e na América Latina, onde a concentração da propriedade da terra e a democratização do seu acesso é tão desigual entre as classes sociais. De modo geral, através das *ocupações* os movimentos sociais pressionam o Estado para que garanta o preceito constitucional sobre a *função social da terra* e realize as desapropriações previstas por Lei para fins de Reforma Agrária. Neste caso, trata-se de uma área de 1500 hectares, com a presença de uma mata atlântica nativa de incalculável valor (em termos de biodiversidade) na grande maioria do terreno. Em 2006, foi considerada pelas avaliações do INCRA como área improdutiva e declarada de interesse social em 2010, tornando-se possível seu uso para fins da Reforma Agrária.

O contato com a Universidade Pública nasceu pela iniciativa do movimento social que buscou apoio e assessoria para enfrentar a alta vulnerabilidade em que se encontravam as famílias. Muitos idosos, crianças, jovens e adultos estavam abrigados em barracos de bambu e lona, sem assistência nem acesso a direitos; sem proteção social alguma. Num primeiro momento, uma vez ouvidas as famílias e as/os representantes do MST, respondemos às demandas mais urgentes e construímos de forma conjunta ações e atividades na área da saúde e de formação política e humana, que nos permitiram conhecer importantes aspectos socioculturais, econômicos e sanitários da comunidade. Como equipe extensionista, acompanhamos esse período extremamente duro da vida desse Acampamento; tempo marcado por mais de um despejo violento por parte do Estado, sem apoio dos poderes públicos, tendo que realizar diversos deslocamentos e uma precariedade generalizada nas condições de vida, alimentação, moradia, cultura, lazer, sexualidade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Após o despejo da então fazenda “Bom Jardim”, formaram vários acampamentos emergenciais para se manter agrupados; tiveram que migrar do Parque de Exposições de Córrego do Ouro, depois para o terreno de uma Igreja em Macaé; posteriormente para as margens da BR 101 e, finalmente, para a comunidade Califórnia, nas margens da linha de trem Leopoldina-Campos, no município de Rio das Ostras.

Em 2011, com 120 famílias acampadas na comunidade Califórnia, realizamos um primeiro diagnóstico social e de saúde através de oficinas que utilizavam a fotografia como ferramenta pedagógica para dar visibilidade às questões sanitárias do acampamento. Logrou-se reconhecer naquele momento o processo de *saúde-doença* da comunidade a partir dos determinantes sociais de saúde, que apontavam: problemas de atrasos no calendário de vacinação de crianças; um alto índice de hipertensão entre os adultos homens e mulheres; vários casos de diabetes; doenças de pele em crianças, adolescentes e adultos; queixas de dificuldade visual em crianças e adolescentes; condições de moradia extremamente precárias; descarte e manejo inadequado do lixo a céu aberto; falta de água potável, dentre outras situações deficitárias.

Desde o Programa de Extensão iniciamos intervenções em Saúde por meio de práticas socioeducativas, visando contribuir à prevenção de doenças, a promoção da saúde das famílias e estimulando a auto-organização da comunidade, com perspectivas de transformação dessa realidade. Para além dessas ações, realizamos um levantamento de demandas coletivas como, por exemplo, transporte para as crianças irem à escola, e um diagnóstico participativo em relação a questões de Saúde, onde foram identificados diversos problemas como: manuseio e destino do lixo; higiene pessoal e da comunidade; cuidados e higiene bucal; acesso e utilização da Rede de Saúde local – prevenção; gênero e sexualidade; uso de álcool e outras drogas; violência doméstica. O perfil levantado foi encaminhado ao poder público local, para subsidiar a reivindicação do direito ao acesso à rede de saúde e assistência.

Em 2014 a comunidade conquistou a posse da terra e nasce o *Assentamento Osvado de Oliveira*, como um modelo diferenciado de assentamento de desenvolvimento sustentável (PDS), sendo o primeiro do estado do Rio de Janeiro. Este formato de assentamento visa integrar a agricultura familiar com a conservação ambiental, tendo sua gestão compartilhada entre vários organismos que formam um Comitê Gestor do PDS (INCRA, entidades ambientais governamentais, instituições de pesquisa e movimentos sociais), responsável por acompanhar e fiscalizar seu funcionamento. Assim, nasce o PDS com o objetivo de materializar princípios agroecológicos, preservar e recuperar o bioma, diminuir os índices de desemprego, contribuir com a segurança alimentar e distribuir alimentos saudáveis e acessíveis ao conjunto de trabalhadores.

Poucos meses depois de constituído o assentamento, construímos junto à comunidade um outro estudo socioeconômico que lançaria informações importantes para planejar este novo território, elaborar intervenções em saúde e em articulação à rede de políticas públicas e subsidiar o planejamento de outras atividades extensionistas. A análise dos dados coletados evidenciou a situação de vulnerabilidade da comunidade em questões de saúde, acesso à política de assistência social, de previdência, de educação, entre outras. Estas informações subsidiaram os processos de auto-organização e a construção de reivindicações junto ao poder público do município, que se traduziram em demandas para as Secretarias de Saúde, Assistência Social, Previdência, Educação, Meio Ambiente, Agroeconomia; Urbanismo, entre outras. Mas a experiência também mostrou que o instrumento

metodológico que tínhamos construído deixava fora dados e informações de extrema relevância para a organização de um assentamento de Reforma Agrária. Dos rascunhos que docentes e estudantes foram rabiscando em cada formulário individual, da troca com as famílias, nasceu esta nova proposta metodológica que aqui apresentamos. Esperamos que ele inspire a elaboração de estudos socioeconômicos em outros territórios, possibilitando o reconhecimento das condições de vida, a trajetória das/dos assentados/as, subsidie as reivindicações pelo acesso a políticas públicas e contribua com a auto-organização e desenvolvimento dessas comunidades.

### ***Para iluminar a reflexão***

Quando propomos a construção de diálogos com experiências organizativas de movimentos sociais e populares, é importante tornar visíveis as chaves teóricas que iluminam nossas reflexões e ações. Tratando-se da perspectiva deste grupo, e conseqüentemente implicada na construção do instrumento que estamos apresentando, um dos objetivos fundamentais provém do campo da educação popular e sua relação com a auto-organização dos territórios.

Neste caminho,

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular [...] seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (Freire, 2020, p. 39).

Trata-se de propostas que se alimentam de um horizonte de transformação da realidade, “que não para, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas pelo contrário, que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização” (Freire, 2016, p. 186).

Este educador, também nos alerta sobre a necessária *investigação temática* em torno de áreas e assuntos que constituem as ações político-pedagógicas propostas. Os *temas geradores* devem ser pinçados da própria realidade vivida pela comunidade, experimentada no “chão” do assentamento, e podem trazer potentes contribuições para a leitura crítica da vida comunitária, sua relação com a sociedade e com as lutas sociais. Assim, utilizamos essa diretriz para pensar a necessária *investigação* ou *descodificação* das condições concretas de vida do território, visando contribuir para o fortalecimento de iniciativas auto-organizativas das/os assentadas/os e acampadas/os em torno de suas necessidades, como também apontando a importância da participação e do controle social popular das políticas públicas, especialmente as locais.

Dessa forma, fomos ensaiando a concepção de que a construção do instrumento para o conhecimento da realidade da comunidade não pode ser

estabelecida pela transposição mecânica de questões abstratas, comumente previstas nos estudos socioeconômicos padronizados. O diálogo, a aproximação respeitosa, construtiva e comunicativa, as vivências junto ao território, a troca de saberes, a consideração de trajetórias de vida dos sujeitos, os parâmetros que o MST considera na construção de um assentamento, foram momentos que nos ajudaram a repensar, reelaborar e organizar as informações que constavam no instrumento.

Podemos dizer assim que a construção desta ferramenta metodológica na perspectiva da educação popular desenha possibilidades de percepção de *inéditos viáveis* que partam da identificação das *situações-limites*, geradoras de suas necessidades - nas formulações de Freire (2016) -, mas que vai além, conectando-se aos desafios político-organizativos do território, no contexto da luta pela terra e por uma outra forma de vida social.

Nesta perspectiva o *inédito viável* é ancorado a um projeto coletivo como possibilidade de transcender o adestramento técnico implícito em diagnósticos que se resumem ao levantamento de informações e medidas de avaliação sem investir na capacidade de indignação, denúncia, resistências populares na construção de projetos coletivos (Cf. Paro, Ventura e Silva, 2019). Neste caminho, apreender expressões da questão social via sistematização de informações (e *situações-limite*) possibilita edificar uma proposta pedagógica que não é apenas instrumental, mas ferramenta de luta política.

Dessa forma, “decifrar a questão social é também demonstrar as formas particulares de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais frente à questão social” (Iamamoto, 2007, p. 59). Esta perspectiva nos permite dar uma ênfase especial aos traços de luta e resistência que perpassam as expressões da questão social que se fazem presentes num assentamento ou acampamento, possibilitando: a) a compreensão da importância dos processos de auto-organização das/dos trabalhadoras/es e demais segmentos subalternos, para dar resposta a suas próprias necessidades de sobrevivência; b) a identificação da relação que existe entre estas lutas sociais e a conquista de direitos ao longo da história de organização das/os trabalhadoras/es do campo, sendo estes processos constitutivos da consolidação da cidadania; c) a problematização dos padrões de intervenção do Estado frente a essas desigualdades e conflitos - que se materializam como políticas públicas e sociais - tendo como referência as demandas, reivindicações e necessidades sociais desses sujeitos coletivos.

Perguntamo-nos: essas políticas atendem às necessidades de reprodução dessas comunidades beneficiadas pela Reforma Agrária? Elas garantem direitos sociais para a população camponesa? Ou elas se configuram como relações clientelistas, tendentes ao apaziguamento e silenciamento das tensões e conflitos?

Na medida em que os subalternos se organizam através de movimentos sociais e organizações populares para lutar pelos seus direitos e suas condições de vida, podem tensionar os mecanismos estatais de enfrentamento das expressões da questão social. Ao mesmo tempo, esta perspectiva de análise do significado político das políticas sociais a partir das lutas sociais dos subalternos, possibilita dar visibilidade às disputas e contradições que perpassam o seu processo de formulação

e implementação: as políticas sociais são sempre produto de relações de força que expressam tensões de classe (Cf. Marro, 2014).

Acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária são territórios onde trabalhadoras/es rurais ensaiam tentativas de reprodução da sua existência na contramão das relações de produção hegemônicas, advindas do agronegócio. Ditos territórios, supõem uma intensa vida comunitária que envolve a produção, a organização do espaço e o convívio social, a capacitação, a formação política e humana e se traduz em cooperativas, associações, mutirões, feiras, campanhas, construção de moradias, mas também na prática permanente de resolução coletiva de necessidades. São espaços onde se experimenta a auto-organização coletiva para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, ressignificando trajetórias de vida marcadas pela pobreza e a negação dos direitos mais elementares. Apesar dessa complexa realidade, acampamentos e assentamentos são territórios em disputa, onde luta-se para a reconstrução da sociabilidade da classe e se tenta construir outro tipo de relações humanas; nesse sentido, falar em território tem um significado muito mais profundo que “propriedade” ou “posse” da terra.

Estas referências foram fundamentais para pensar que estudos socioeconômicos e de saúde, ou outras atividades orientadas ao conhecimento, sistematização e visibilidade das condições de vida de acampadas/os e assentadas/os poderiam subsidiar o protagonismo e a organização coletiva destes sujeitos, potencializando suas reivindicações e lutas por direitos. Isso nos desafiou a elaborar estratégias profissionais nas nossas áreas que dialogassem com as práticas históricas de auto-organização deste movimento social.

Ao buscar referências no programa agrário do MST que apresenta a pauta da Reforma Agrária Popular, encontramos elaborações que dizem respeito às condições de vida: “O campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas” (MST, 2013, p. 37). O processo de construção dos espaços de moradia deve respeitar as especificidades da cultura camponesa de cada região, constituindo-se como territórios que devem permitir o acesso a todos os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas garantidos e equivalentes aos trabalhadoras/es urbanos.

Isso nos mostra que na luta pela terra, as famílias e pessoas beneficiadas pela Reforma Agrária almejam o acesso à terra, ao emprego e renda, à moradia, assim como melhores condições dignas de vida e de saúde. Portanto, envolve um conjunto enorme de necessidades que contemplam habitação; espaços de lazer; infraestrutura comum; abastecimento de água potável para o consumo e de água para irrigação produtiva; políticas de apoio à produção com base no princípio da soberania alimentar (livres de agrotóxicos e sementes transgênicas), mas também aquelas que apoiam a compra dos produtos alimentícios da agricultura camponesa por parte do Estado. Supõe também acesso a um conjunto de políticas públicas e sociais, tais como políticas de permanência no campo para juventude; políticas de proteção para os idosos (no âmbito previdenciário e assistencial); políticas de acesso à educação para toda a comunidade e em todos os níveis – educação *para, do e no* campo (cf. Caldart, 2004).

São necessidades que emergem de propostas de Reforma Agrária mais integrais, construídas pelos movimentos sociais do campo que reelaboram sua luta à luz das condições de enfrentamento de um modelo de agricultura que se aprofunda no contexto da ofensiva neo-extrativista. Frente a um modelo que responde às necessidades do mercado externo e à dinâmica de financeirização e transnacionalização econômica, os movimentos sociais do campo vêm afirmando outros tipos de Reforma Agrária - no caso do MST, a Reforma Agrária Popular - que contemplam democratização da terra, soberania alimentar, agroecologia, alimentos saudáveis para o conjunto dos trabalhadores e o horizonte de novas relações sociais. Foram estas as referências que nos subsidiaram na construção de um instrumento que, acreditamos, reúne um conjunto de informações relevantes para o conhecimento, a sistematização e a organização de aspectos centrais à reprodução e organização da vida comunitária e produtiva própria de um assentamento ou acampamento de Reforma Agrária.

### **Adapte, use e reutilize**

Na construção deste instrumento metodológico, além das informações reunidas em questionários que subsidiam estudos socioeconômicos mais padronizados, fomos contemplando outros elementos importantes para a consolidação do assentamento e em diálogo com as particularidades daquela comunidade. Apesar do seu caráter mais quantitativo - que responde à necessidade de organização das informações, de modo a subsidiar a construção de intervenções do poder público -, a ferramenta pode ser “recortada”, “ampliada” e adaptada a outras demandas.

Por exemplo, em relação à educação, o instrumento considera não apenas o acesso à educação escolar, mas uma concepção mais ampla que caracteriza as práticas do MST (envolvendo a formação política, a participação na vida política local), mas também aspectos como a presença de equipamentos educativos com Educadoras/es que trabalhem os princípios da educação do campo; transporte para o acesso a outros níveis de educação (médio e superior). Em relação às práticas de cuidado da saúde, consideramos informações sobre a criação e cultivo de ervas e plantas medicinais. Há outros aspectos que não contemplamos, mas que dependendo do momento de consolidação do assentamento, poderiam ser relevantes e ganhar mais visibilidade nas perguntas do instrumento. Por exemplo, perguntas que destacassem necessidades específicas de políticas públicas para o apoio ao manejo florestal ou à agricultura camponesa; informações sobre sementes ou outras dimensões da soberania alimentar (necessidades de certificação e selos dos produtos orgânicos); considerando que estes elementos também podem compor e caracterizar dimensões das desigualdades socioeconômicas. Inclusive, na hora de sistematizar informações sobre a infraestrutura comum, poderiam considerar-se bibliotecas, serviços de informática, espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais - que são aspectos presentes no programa agrário do MST.

Como todo questionário ou processo de entrevista, ele demanda um preparo especial prévio da equipe que executará o trabalho, sobretudo considerando as relações de confiança com a comunidade, a postura ética e respeitosa em relação às informações, a atitude atenta ao sujeito da entrevista (sua fala, suas emoções, suas posturas e atitudes em relação à informação que nos brindam), dentre outros aspectos importantes.

Sugerimos complementar então com algumas referências importantes no âmbito da pesquisa social e qualitativa que possam subsidiar o preparo da equipe, como Gil (1999); Marconi & Lakatos (2007) e Minayo (2007). Abaixo apresentamos nossa proposta. Se inspire, adapte, use e reutilize com as particularidades das suas comunidades.

### *Instrumento para Estudos Socioeconômicos*

#### 1. Identificação

- 1.1 Nome (nome social) \_\_\_\_\_.
- 1.2 Núcleo de base: \_\_\_\_\_.
- 1.3 Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_. 1.4 Idade: \_\_\_\_\_ anos
- 1.5. Como se identifica (autodeclara) em termos de cor/raça/etnia  
|\_\_| preto |\_\_| pardo |\_\_| indígena |\_\_| branco |\_\_| amarelo
- 1.6 Identidade de gênero: \_\_\_\_\_. 1.7 Orientação sexual: \_\_\_\_\_.
- 1.8 Estado civil: |\_\_| solteiro |\_\_| casado |\_\_| amaziado |\_\_| separado |\_\_| viúvo |  
|\_\_| outro
- 1.9 Documentação:
- 1.9.1 Possui RG? |\_\_| Sim |\_\_| Não 1.9.2 Possui CPF? |\_\_| Sim |\_\_| Não
- 1.9.3 Possui Título de Eleitor? |\_\_| Sim |\_\_| Não 1.9.4 Possui CTPS? |\_\_| Sim |\_\_|  
Não
- 1.10 Religião: |\_\_| evangélica |\_\_| católica |\_\_| umbanda |\_\_| candomblé |\_\_|  
espírita |\_\_| nenhuma |\_\_| outra
- 1.11 Contato telefônico? ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_. |\_\_| Não possui.
- 1.12 E-mail? \_\_\_\_\_. |\_\_| Não possui.

#### 2. Composição Familiar

- 2.1. Registrar a composição familiar abaixo incluindo a/o entrevistado, grupo considerado como núcleo familiar pelo entrevistado, morando ou não no assentamento.



Nome	Idade	Parentesco/Vínculo	Escolaridade	Ocupação
1.				
2.				
3.				

2.1.2 Se tem filho(a), mora no assentamento?  Sim  Não

2.1.2 Se não mora no assentamento onde residem?  Zona urbana  Zona rural

### 3. Trajetórias de Migração

3.1 Em que município/estado nasceu? \_\_\_\_\_.  Zona urbana  Zona rural

3.2 Em que município/estado morava antes de ingressar no acampamento? \_\_\_\_\_.  Zona urbana  Zona rural

3.3 Há quantos anos mora nesse município (onde se localiza o assentamento)?  menos de 1  1  2  3  4  5 ou mais

3.4 Já precisou mudar de município e/ou estado para buscar trabalho/emprego:  Sim  Não

3.4.1 Se sim, quantas vezes?  1  2  3  4 ou mais

3.4.2 Se sim, nessa(s) situação(ões) sua família geralmente muda junto?  Sim  Não

3.5 Há quantos anos mora nesse assentamento?  menos de 1  1  2  3  4  5 ou mais

3.6 Durante quantos anos ficou acampada/o?  menos de 1  1  2  3  4  5 ou mais

3.7 Sofreu algum despejo no acampamento ou assentamento?  Sim  Não

3.7.1 Se sim, foi realizado de forma violenta/repressiva?  Sim  Não

### 4. Condições de Moradia e Infraestrutura

4.1 Quantas pessoas moram nesta casa?  1  2  3  4  5  6  7 ou mais

4.2 Localização da moradia  área sem risco  com risco de alagamento  com risco de deslizamento  com risco de desabamento  outra

4.3 Construção da moradia:  completa  em andamento  a construir

4.4 Método de construção da moradia:  empreiteiras vinculadas a programa de financiamento  contratação de serviços privados  individualmente  mutirão  Outra

4.5 Tipo de financiamento envolvido:  recurso próprio  PRONAF  programa de financiamento da agricultura familiar estadual  programa de financiamento agricultura familiar municipal  outro

4.5.2 Há contrapartida no financiamento?  sim  não

4.5.3 Se sim, qual? \_\_\_\_\_.

4.6 Material da construção:  Alvenaria com revestimento  Alvenaria sem revestimento  Lona  Madeira aparelhada  Madeira aproveitada  Pau-a-pique  Reciclagem  Outro:

4.7 Quantos cômodos há no domicílio?  1  2  3  4  5 ou mais

4.8 Qual a principal forma de iluminação do domicílio:  rede elétrica  gerador ou energia solar  Óleo, querosene ou gás de botijão  Vela  Lanterna  Outra

4.9 Esgoto:  rede geral de esgoto ou pluvial  fossa séptica  fossa rudimentar  vala  rio, lago ou mar  outro escoadouro

4.10 Banheiro dentro da casa?  Sim  Não

4.11 A água utilizada do domicílio vem de:  Rede geral de distribuição  Poço ou nascente na propriedade  Poço ou nascente fora da propriedade  Carro pipa  Água da chuva armazenada em cisterna  Água da chuva armazenada de outra forma  Rios, açudes, lagos  Outra. Qual? \_\_\_\_\_.

4.12 Vocês precisam comprar água?  sim  não  as vezes.

4.13 A água utilizada em sua residência é suficiente para as necessidades domésticas de sua família?  sim  não  não sabe informar

4.14 Há reaproveitamento do lixo orgânico do domicílio para fins de adubação da terra?  Sim  Não  Em parte

4.15 O lixo descartado deste domicílio é:  coletado diretamente por serviço de limpeza  colocado em caçamba de serviço de limpeza  queimado (na propriedade)  enterrado (na propriedade)  jogado em terreno baldio ou logradouro  jogado em rio, lago ou mar  tem outro destino. Qual? \_\_\_\_\_.

4.16 Equipamentos em casa (marque todos que tiver):  geladeira  fogão  micro-ondas  máquina de lavar roupa  ventilador  TV  DVD  computador com acesso a internet  computador sem acesso à internet  ar-condicionado  tanquinho

4.17 Tem acesso à telefonia no assentamento?  sim  não

4.18 Internet?  sim  não

4.19 Principal meio de transporte:  carro individual  transporte público  bicicleta  moto  carroça/cavalo  Outros

## 5. Trabalho e Renda

(Neste bloco, pode-se avaliar que, caso se trate de um mesmo grupo familiar, os itens 5.1 a 5.4 sejam respondidos individualmente, e a partir do item 5.5, respondidos apenas por um dos membros do grupo)

5.1 Habilidades e Ofícios:  Operadora/o de máquina/serviços de mecanização em geral  Preparo de derivados de leite  Serviços de: ordenha e manejo de rebanho  marcenaria  construção civil (especificar: \_\_\_\_\_)  agricultura  artesanato em geral  serviços domésticos  culinária  panificação  condução de transportes  serviços estéticos  Outros \_\_\_\_\_.

5.2 Ocupação anterior ao assentamento:  desempregada/o  assalariada/o formal urbano  assalariada/o formal rural  mercado informal urbano  mercado informal rural  Outro

5.3 A ocupação anterior atendia satisfatoriamente as necessidades da família?  Sim  Não

- 5.4 Doenças e/ou acidentes de trabalho anterior?  Sim  Não
- 5.4.1 Se sim, qual(s)?  transtorno de saúde mental  estresse  lesões físicas  fraturas  Outros
- 5.5 Qual a principal fonte de renda familiar atualmente?  Agricultura  Artesanato  Programas/projetos do poder público  Nenhuma  Outro
- 5.6 Qual valor aproximado da renda familiar?  menos que 1 SM  1SM  1,5SM  2SM  2,5SM  3SM ou mais
- 5.7 Algum membro tem fontes de renda externa às atividades produtivas do assentamento?  Sim  Não
- 5.7.1 Se sim, qual é a fonte da renda?  assalariada/o urbano  assalariada/o em atividades rurais externas ao assentamento  Atividade informal urbana  Atividade informal na zona rural  Outra
- 5.7.2 A renda gerada fora do assentamento é :  
 maior que a gerada dentro  igual à gerada dentro  menor que a gerada dentro  varia
- 5.8 A sua produção como assentada/o é:  exclusivamente para subsistência  com excedente para troca na comunidade  para subsistência e comercializada no mercado local  para subsistência e comercializada  Outro
- 5.9 Participa de produção coletiva/associada/cooperada?  Sim  Não
- 5.10 Qual a fonte de água utilizada para a produção agrícola?  Rede geral de distribuição  Poço ou nascente na propriedade  Poço ou nascente fora da propriedade  Carro pipa  Água da chuva armazenada em cisterna  Água da chuva armazenada de outra forma  Rios, açudes, lagos  Outra. Qual? \_\_\_\_\_.
- 5.11 Recebe algum tipo de assistência técnica?  nenhuma  familiares ou amigos  poder público local  empresa pública  empresa privada  ONG  sindicato  cooperativa
- 5.12 Fontes de financiamento da produção agrícola:  nenhum  banco privado  fornecedor da matéria-prima  cooperativa  comprador do produto  crédito informal  ONGs  Pronaf  outro crédito público  outro:
- 5.13 Principais dificuldades para produzir:  estradas  terras fracas ou degradadas  acesso à água  comercialização  clima  diminuição da produtividade  assistência técnica  Acesso à energia elétrica  crédito  outros
- 5.14 Na produção faz uso de:  Biofertilizante (produção orgânica)  Fertilizante industrial  Parte orgânico, parte industrial
- 5.15 Tem diversificação na produção?  Sim  Não
- 5.16 Já aconteceu da comida acabar antes que tenha produção ou dinheiro para comprar mais?  Sim, sempre  Sim, as vezes  Não

## 6. Acesso às Políticas Públicas

- 6.1. Como acessa os serviços de saúde, assistência, educação ou outros?  existência de equipamentos públicos no assentamento  equipamentos públicos

externos ao assentamento |\_\_|existência de equipamentos públicos itinerantes que visitam o assentamento

6.2. Possui Cartão do SUS? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.3. Possui CADÚNICO? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.4. Inserida/o em algum programa/projeto assistencial? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.5. Recebe algum benefício assistencial de transferência de renda? |\_\_| BPC |\_\_| Bolsa Família |\_\_| Benefício Municipal |\_\_| Outro\_\_\_\_\_. |\_\_| Nenhum.

6.6. Recebe algum benefício previdenciário? |\_\_| aposentadoria |\_\_| pensão |\_\_| auxílio desemprego |\_\_| auxílio doença |\_\_| auxílio reclusão |\_\_| aposentadoria na condição de produtor rural

6.7. É inserida/o em algum programa/projeto do poder público específico para trabalhadores rurais? |\_\_| PNAE |\_\_| PAA |\_\_| Outro |\_\_| Não

6.8. Como se desloca para acessar os equipamentos públicos? |\_\_| a pé |\_\_| de bicicleta |\_\_| transporte coletivo público |\_\_| automóvel individual |\_\_| carroça/cavalo |\_\_| outros

6.9. Participa ou já participou de conselhos de direitos ou conferências? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.10. Sabe ler e escrever? |\_\_| Sim |\_\_| Não |\_\_| com dificuldade

6.11. Grau de escolaridade |\_\_| Não alfabetizado |\_\_| Somente lê e escreve |\_\_| Ensino Fundamental incompleto |\_\_| Ensino Fundamental completo |\_\_| Ensino Médio incompleto |\_\_| Ensino Médio completo |\_\_| Curso Técnico Subsequente ao E. Médio incompleto |\_\_| Curso Técnico Subsequente ao E. Médio completo |\_\_| Ensino Superior incompleto |\_\_| Ensino Superior completo

6.12. Estuda atualmente? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.12.1 Se não, gostaria? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.12.2 Se sim, onde se localiza o equipamento? |\_\_| no assentamento |\_\_| fora do assentamento, mas na zona rural |\_\_| fora do assentamento, na zona urbana

6.12.3 Se sim, como se locomove até escola/curso? |\_\_| a pé |\_\_| bicicleta |\_\_| transporte coletivo |\_\_| carona |\_\_| Outros

6.13. Há oferta de atividades esportivas, culturais e/ou lazer pelo poder público no assentamento ou proximidades? |\_\_| Sim |\_\_| Não

6.13.1 Se não, gostaria? |\_\_| capoeira |\_\_| dança |\_\_| teatro |\_\_| música |\_\_| yoga |\_\_| futebol |\_\_| vôlei |\_\_| ginástica |\_\_| outros

6.14. Tem acesso às políticas para as mulheres? (no caso da ficha específica para elas) |\_\_| grupo de geração de renda |\_\_| prevenção e enfrentamento da violência |\_\_| saúde da mulher |\_\_| programas de enfrentamento da desigualdade de gênero |\_\_| Outros

## 7. Saúde

7.1 Antecedentes familiares (aplicam-se a mulheres, homens e crianças):

Doença	Sim	Não	Parentesco
Diabetes			
Hipertensão			

Tuberculose			
Cardiopatias			
Alergias			
Câncer			
Problemas renais			
DST			
Próstata			
Outros/ especificar			

7.2 História pregressa (aplica-se a mulheres e homens deste item 7.2 ao 7.13, observando as especificidades dos subitens 7.2.1, 7.2.2 e 7.2.3):

Doenças anteriores:  Sim  Não Quais: \_\_\_\_\_.

Hipertensão:  Sim  Não Diabetes:  Sim  Não

DST/AIDS  Sim  Não Quais: \_\_\_\_\_.

Uso de medicamentos:  Sim  Não Quais: \_\_\_\_\_.

Atividade física:  Sim  Não Tabagismo:  Sim  Não Uso de álcool:  Sim  Não

Intestino:

7.2.1 Se for homem cis - Controle da Próstata  Sim  Não Último exame: \_\_\_\_.

7.2.2 Se for mulher cis – Antecedentes obstétricos:

Menarca: \_\_\_\_\_.

Início de relações sexuais: \_\_\_\_\_. Uso de métodos contraceptivos: \_\_\_\_\_.

Em caso de gestação, idade da primeira gestação: \_\_\_\_\_.

Gesta: \_\_\_\_\_. Para: \_\_\_\_\_. Abortos: \_\_\_\_\_.

Última citologia oncótica: \_\_\_\_\_.

Mamas:

DST/AIDS:

Ginecológica:

7.2.3 Se for criança - Exame físico:

Peso: \_\_\_\_\_. Altura: \_\_\_\_\_. IMC: \_\_\_\_\_.

Pele: \_\_\_\_\_. Regularidade ao pediatra: \_\_\_\_\_.

Vacinação: (sugere-se incluir quadro de vacinação na utilização do instrumento para registro de vacinas)

7.3 Faz uso de medicamento contínuo?  Sim  Não

7.4 Como acessa os medicamentos:  Farmácia Popular  Programa Estratégia de Saúde da Família  Compra na farmácia com recurso próprio  Outros

7.5 Alimenta-se satisfatoriamente?  Sim  Não

7.5.1 Quantas refeições por dia?  1  2  3  4 ou mais

7.5.2 Frutas?  sim  não  as vezes

7.5.3 Legumes/verduras?  sim  não  as vezes

7.6 Qual as fontes de água para beber?  encanada  mineral  cacimba |  poço  rio

7.7 Qual as fontes de água para cozinhar?  encanada  mineral  cacimba |  poço  rio

7.8 Faz uso de plantas medicinais?  sim  não

7.8.1 Se sim, quais? \_\_\_\_\_.

7.9 Como avalia a sua capacidade de enxergar? (com óculos ou lentes, se usar)  incapaz  grande dificuldade permanente  alguma dificuldade permanente  nenhuma dificuldade

7.10 Identifica necessidades de cuidados odontológicos?  Sim  Não

7.10.1 Se sim, quais?  prótese  extração do dente  obturação de cáries  gengiva  outros tipos de cuidado/reparação

7.11 Exame físico:

Peso: \_\_\_\_\_ . Altura: \_\_\_\_\_ .

PA: \_\_\_\_\_ . FC: \_\_\_\_\_ . FR: \_\_\_\_\_ .

Queixas e observações?

7.12 Saúde Mental

*(A abordagem sobre saúde mental pode ser delicada e difícil de obter respostas diretas. As perguntas propostas podem nos levar a um diálogo com a/o entrevistada/o, aprofundando as situações na hora da entrevista, por exemplo: em que contexto aparece a tristeza, o medo, o choro, permitindo perceber situações de violência doméstica depressão, uso abusivo de álcool. As respostas obtidas podem possibilitar acompanhamento e orientação às famílias.)*

7.12.1. Você sente tristeza?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre

7.12.2. Você tem vontade de chorar?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre

7.12.3. Você fica nervoso, irritado?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre

7.12.4. Você sente medo?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre

7.12.5. Você usa bebida alcoólica?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre  Não

7.12.6. Faz uso de outras drogas?  em poucos momentos  algumas vezes  sempre  Não

7.12.7. Você vive algum transtorno mental diagnosticado?  Não  Sim, ansiedade  Sim, depressão  Sim, síndrome do pânico  Sim, outro(s) \_\_\_\_\_.

7.12.8. Faz uso de medicação controlada?  Sim  Não

8. Relações de Gênero

8.1. Se for mulher - Já sofreu alguma situação de violência?  sim  não

8.1.1 Se sim, qual?  física  psicológica  sexual  econômica/financeira  institucional  outra

8.2 Aplica-se a todas as pessoas: Participa ou já participou em atividades de coordenação e representação do Movimento?  sim  não

8.3 Aplica-se a todas as pessoas: Participa de eventos externos (cursos, seminários, reuniões, etc.)?  sim  não

8.4 Aplica-se a todas as pessoas: Como é a organização do trabalho doméstico? |\_\_\_| dividido entre todos os membros da família |\_\_\_| realizado pelas mulheres da casa |\_\_\_| realizado exclusivamente por você (mulher) |\_\_\_| Outros

8.5 Aplica-se a todas as pessoas: Como é organizado o trabalho produtivo? |\_\_\_| com expressiva participação das mulheres no planejamento e na execução do trabalho produtivo |\_\_\_| com pouca expressividade da participação das mulheres no planejamento e na execução do trabalho produtivo |\_\_\_| sem a participação das mulheres no planejamento e na execução do trabalho produtivo |\_\_\_| outro \_\_\_\_\_.”

8.6 Aplica-se a todas as pessoas - Como se organiza financeiramente? |\_\_\_| renda própria |\_\_\_| renda dx cônjuge |\_\_\_| renda compartilhada |\_\_\_| Outros

8.7 Aplica-se a mulheres cis e pessoas cujo gênero/orientação sexual não for heteronormativa: Já sofreu situações de discriminação? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não 8.7.1. Se sim, qual?

8.8 Aplica-se a mulheres cis e pessoas cujo gênero/orientação sexual não for heteronormativa: Já sofreu situações de discriminação? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não 8.7.1. Se sim, qual?

## 9. Vínculo e Relação com o Movimento

9.1 Como chegou ao movimento? |\_\_\_| Trabalho de base |\_\_\_| Sindicato |\_\_\_| Outros movimentos sociais |\_\_\_| Outros

9.2 Cumpre ou cumpriu funções de direção do movimento? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não

9.2.1 Se sim, quais? \_\_\_\_\_.

9.3 Participa dos espaços organizativos do assentamento (assembleias, reuniões de núcleo, mutirões)? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não

9.4 Participa de eventos e encontros externos? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não

9.4.1 Se sim, quais? \_\_\_\_\_.

9.5 Participa ou já participou de cursos de formação oferecidos pelo movimento? |\_\_\_| sim |\_\_\_| não

9.5.1 Se sim, qual(s)? \_\_\_\_\_.

Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Responsável pelo preenchimento do questionário: \_\_\_\_\_.

## **Reescrevendo a palavra (e o mundo): aprendizados para a formação profissional**

Um dos aprendizados mais importantes que gostaríamos de destacar é a vivência das condições de vida e o conhecimento das formas de organização – nas suas riquezas e contradições – das classes subalternas, a partir da experiência concreta de um acampamento e um assentamento Sem Terra. O contato com as condições de vida dessas famílias; o estudo para a compreensão da questão agrária no Brasil e na região, na sua relação com as políticas públicas deu-nos a possibilidade

de problematizar as manifestações da “questão social” nesse território de Reforma Agrária a partir dos processos de luta, trazendo interrogações acerca das formas de organização e resistência acionadas por esses sujeitos para dar resposta a suas necessidades e construir negociação com o poder público.

Apesar das inúmeras dificuldades e contradições que se observam nesses territórios, entendemos que é um espaço privilegiado para observar o fato de que as expressões da questão social e as reivindicações construídas por esses sujeitos não são passivas ou despidas de conflitos coletivos. São territórios fundamentais para aprender o significado das lutas coletivas para a conquista dessas políticas sociais, na perspectiva da ampliação da cidadania dos subalternos. Acreditamos que é também uma oportunidade de conhecer as/os usuárias/os dos equipamentos de políticas sociais onde trabalhamos Assistentes Sociais e Enfermeiros, na perspectiva de construção de propostas inovadoras de trabalho, para além de modelos assistenciais clássicos de administração da pobreza: assumindo o desafio de elaborar novas ferramentas, linguagens e estratégias comunitárias de abordagem das demandas sociais desses sujeitos; assim como também valorizando seus saberes e seu protagonismo na conquista dos direitos sociais.

O trabalho realizado numa perspectiva interdisciplinar; a aprendizagem dos instrumentos de assessoria técnica e política que o Serviço Social e a Enfermagem podem desenvolver junto aos movimentos sociais; a apropriação de instrumentos de mobilização e educação popular, utilizados para a realização das atividades de organização interna ou de saúde; oferecem possibilidades de formação profissional que abrem novas perspectivas de trabalho, pautadas na socialização do conhecimento socialmente produzido. Ensaíamos a construção de propostas de trabalhos *com* e não *para* os territórios: criando assim verdadeiras oportunidades de formação política, profissional e humana, pautadas na perspectiva dialógica e comunicativa que são pilares essenciais da educação popular.

Por ser produto de uma experiência de extensão universitária realizada junto a um movimento social como o MST, resgatamos as contribuições substantivas surgidas e os impactos progressivos na democratização e abertura dessa instituição às necessidades das classes subalternas, por exemplo, pautando novas agendas de ensino, pesquisa e extensão; contribuindo com o redimensionamento crítico da formação universitária de docentes, estudantes e profissionais; promovendo a construção de criações coletivas de trabalho que enriquecem a vida político-acadêmica e a função social da universidade pública. Desafiamos modelos tradicionais de extensão, que reproduzem práticas de tutela que pretendem equivocadamente “estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta” (Freire, 2020, p. 25).

## Referências

ALMEIDA, R. R. de. **Construindo promoção e prevenção em saúde num assentamento do MST**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem)- Campus de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2015.



ALVES, Hayda, BARBOSA, Elizabeth, MARRO, Katia, DULCICH, Ramiro. Uso de metodologias participativas com famílias do Movimento Sem Terra (MST): um estímulo à organização coletiva e à promoção da saúde. I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO, 2015, São Paulo, **Anais...**, São Paulo – SP, 2015.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, Expressão popular, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE, **Questionário do Censo Demográfico 2000**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/censo/quest\\_amostra.pdf](http://www.ibge.gov.br/censo/quest_amostra.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

MARRO, Katia. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? *In*: ABRAMIDES, Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 278-294.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Cecília (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MIOTO, Regina. Estudos socioeconômicos. *In*: **CFESS/ABEPSS**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

MST. **Programa Agrário do MST**, 2013. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

MONTEIRO, Jéssica. **Das trincheiras de contra-hegemonia em tempos sombrios: contribuições de uma experiência de extensão universitária com processos de formação política junto ao MST**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – UFF, Rio das Ostras, 2014.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *In*: **Revista Temporalis**. Brasília: Abepss-Grafline, ano 2, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, Dayse. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UFF, Rio das Ostras, 2014.

PARO, César Augusto; VENTURA, Miriam; SILVA, Neide Emy Kurokawa e. Paulo Freire e o Inédito Viável: esperança, utopia e transformação na saúde. *In: Revista Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198177462020000100400&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462020000100400&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 01 nov. 2020.